



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 16 de outubro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,03% São Paulo	129.962	R\$ 5,657 (+ 1,33%)	R\$ 1.412	R\$ 6,159	10,65%	10,82%	Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44
0,75% Nova York	131.043	9/outubro 5,587 10/outubro 5,587 11/outubro 5,615 14/outubro 5,582					

COMÉRCIO EXTERIOR

Estimular o potencial exportador dos micro

Programas do governo buscam abrir as portas do mercado externo para empreendedores, fomentando a competitividade

» FERNANDA STRICKLAND

Potencial

O potencial exportador dos médios, pequenos e microempreendedores foi tema do encontro promovido, ontem, pela Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em Brasília. O “DF para o mundo” buscou estimular empreendedores a levar seus produtos para outros países. “O Distrito Federal não nasceu para ser apenas uma capital burocrática do país. Nasceu para dar horizonte ao Brasil, para puxar, modernizar e integrar o país. Esse, acredito, é o nosso grande desafio ao pensarmos em qualquer iniciativa aqui no DF”, afirmou, no evento, o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli.

Ele destacou que cerca de 200 mil empreendedores em todo o país são atendidos por programas do governo federal, sendo 93 mil deles com atendimentos presenciais personalizados. Citou o Brasil Mais Produtivo, fruto da parceria entre ABDI, Senai, Sebrae e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Cappelli citou ainda o programa Acredita, que abre crédito para empreendedor, médio, pequeno, micro, e o Microempreendedor Individual (MEI). “É crédito subsidiado, um crédito diferenciado para aquelas pessoas que estão no Cadastro Único (CadÚnico) e querem empreender pela primeira vez”, disse.

Segundo ele, a proposta é fornecer os recursos financeiros necessários para que novos empreendedores possam começar seus negócios com mais segurança. Segundo o presidente da ABDI, é preciso acreditar no empreendedor e dar a ele as ferramentas necessárias para seu sucesso. Para Cappelli, esses programas reforçam o compromisso do governo em fomentar o crescimento econômico e dar suporte a quem deseja transformar suas ideias em negócios viáveis.

O presidente da ABDI estimulou empresários a expandirem seus negócios para o mercado internacional, por meio do Programa DF Exporta Mais. “Nós temos, em nosso site, todo um processo que orienta e auxilia os empresários a fazerem uma autoavaliação do seu grau de maturidade digital, do seu grau de maturidade produtiva, porque é fundamental isso, sem isso você não vai conseguir exportar. E a gente tem um corpo de consultores de técnicos na ABDI que, agora na segunda fase, está à disposição do programa junto com a ApexBrasil, para fazer consultorias específicas junto aos empreendedores que desejem esse apoio”, explicou Cappelli.

Localização

O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, lembrou que o objetivo da agência é inserir o produto brasileiro no mercado exterior, com uma atuação em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal. “A ApexBrasil busca ter um olhar para onde achamos que tem um potencial grande e que ele não está sendo trabalhado de forma adequada. Nesse aspecto, nós identificamos a Amazônia, o Nordeste e Brasília. O DF tem, talvez, o maior e melhor potencial para se inserir fortemente no fluxo de comércio exterior, por conta da localização, infraestrutura e potenciais que aqui tem”, afirmou.

“O Centro-Oeste está chegando perto de 60 bilhões de dólares de exportações e o DF ainda não chegou aos 400 milhões de dólares”, observou Viana. “Não é possível que Brasília tenha uma participação de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de participação do Centro Oeste, e na hora das exportações, a participação seja 0,7%. Isso não é um problema, é uma oportunidade”, completou.

A ABDI lançou, na ocasião, a plataforma Jornada da Produtividade, ferramenta voltada para aumentar a competitividade das indústrias do DF.

Divulgação/ABDI



No evento promovido pela ApexBrasil, Cappelli lançou a plataforma Jornada da Produtividade da ABDI

DF possui 96 exportadoras

Estudo realizado pela Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e divulgado, em primeira mão, pelo **Correio**, mapeou oportunidades de exportações e investimento direto no Distrito Federal. Os dados mostram que Brasília tem menos de uma centena de empresas exportadoras. Elas somam, atualmente, 96.

Segundo o gerente de Inteligência de Mercado da ApexBrasil, Igor Celeste, o estudo tem o objetivo de entender onde estão os focos de oportunidades de exportação, a partir da região, e atrair mais investimento estrangeiro para a economia do Distrito Federal.

“A primeira, é que Brasília ainda não tem uma centena de empresas exportadoras, são apenas 96 empresas. Para você ter uma ideia de comparação, hoje o Brasil

tem quase 30 mil empresas exportadoras de bens para o mundo, então a gente acredita que existe um grande potencial vindo inclusive com os nossos parceiros”, disse Celeste ao **Correio**.

De acordo com a pesquisa, os principais grupos de produtos exportados pelo Distrito Federal são carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (38,2%); soja (37,0%); e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (10,3%).

“O que a gente percebe é que existe uma pujança muito grande de vários segmentos industriais de serviços na região, e que ela precisa ser mostrada para o mundo e essa internacionalização precisa acontecer e tem grande potencial para isso. Mas a exportação hoje do DF é muito concentrada. Então

praticamente 90% das exportações são concentradas em 4 produtos. Então nós temos a soja, carne de aves, petróleo refinado e os preparados de carne que concentram as vendas no grosso do valor exportado pelo DF”, disse Celeste.

Segundo o gerente de Inteligência de Mercado, existe um grande esforço de diversificação desses segmentos que são concentrados. “A gente precisa levar mais produtos a mais países. Hoje por conta da característica da pauta do Distrito Federal quase 50% das vendas são para dois destinos, a China com quase 1/3 e a Arábia Saudita. Os mercados asiáticos como um todo também puxam muito desta importação. Nós acreditamos que há um esforço de diversificar os países”, explicou.

A pesquisa será publicada na íntegra, hoje, pela ApexBrasil. (FS)

Grãos têm recorde

» RAPHAEL PATI

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou ontem a primeira previsão para a safra de grãos 2024/25 com estimativa de novos recordes, tanto de área cultivada quanto de produção para o período. As projeções, ainda em estágio inicial, levaram em conta informações realizadas em campo e com o auxílio de modelos estatísticos, segundo a companhia.

A estimativa é de um crescimento de 1,9% sobre a safra anterior, quando a área cultivada atingiu 79,8 milhões de hectares. Para o período atual, a Conab projeta uma expansão para 81,3 milhões de hectares. No Brasil, há o cultivo de três safras agrícolas em períodos distintos. A primeira safra ocorre entre o final de agosto e dezembro. Já a segunda, terceira e as de inverno, ocorrem entre janeiro e junho.

Sobre o volume produzido, a companhia projeta um aumento de 8,3% ou 24,6 milhões de toneladas em relação à última safra de grãos. Com isso, a primeira estimativa da safra 2024/25 é de uma produção total de 322,47 milhões de toneladas. Até o final do ano, a Conab espera chuvas abaixo da média histórica, o que pode prejudicar algumas áreas do país, que já contam com períodos de seca prolongados.

Os dois principais grãos cultivados no Brasil devem registrar um aumento de produção na safra atual. A soja, que atingiu a marca de 147 milhões de toneladas em 2023/24, deve atingir 166 milhões no período que se encerra em junho de 2025, o que representa um crescimento de 12,7%.

Já a produção de milho deve crescer 3,5%, atingindo 119 milhões de toneladas.



RAUL VELLOSO

MERECE APLAUSOS A APROVAÇÃO PELO SENADO DA PEC Nº 66/23, QUE EQUIPAROU AS REGRAS DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E ESTADUAIS ÀS DA UNIÃO. ESSA MEDIDA TEM O POTENCIAL DE REDUZIR O DEFICIT ATUARIAL MUNICIPAL EM CERCA DE R\$ 300 BILHÕES. A PEC É CONSIDERADA A PEC DA SUSTENTABILIDADE FISCAL

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Piso salarial, Previdência e quebradeira municipal

Ao se aproximarem as eleições de 2024, a situação financeira dos municípios havia se deteriorado bastante, devido aos gigantescos deficits previdenciários vigentes e a reajustes concedidos ao piso dos professores.

Atualmente, 2.118 municípios, incluindo as capitais, têm Regimes Próprios de Previdência (RPPS), mas apenas um terço implementou a reforma da vez. Por isso mesmo é que o deficit atuarial dos RPPS municipais soma hoje não menos que R\$ 1,1 trilhão. E que a iniciativa da EC 103/19, de conferir autonomia aos municípios para equilibrarem seus

regimes previdenciários a partir da reforma de benefícios não vingou. Nesse sentido, merece aplausos a aprovação pelo Senado da PEC 66/23, que equiparou as regras de benefícios dos servidores municipais e estaduais às da União. Essa medida tem o potencial de reduzir o deficit atuarial municipal em cerca de R\$ 300 bilhões. A PEC também trata de outros temas e, não por acaso, tem sido considerada a PEC da Sustentabilidade Fiscal dos municípios. Resta agora à Câmara ratificar o texto aprovado pelo Senado.

Um município de peso que hoje se destaca em termos de

responsabilidade previdenciária é São Paulo, que aprovou ampla e efetiva reforma das regras de benefícios e do custeio da previdência. Foi criado um regime de capitalização que garante, de um lado, que no futuro haverá recursos para pagar as aposentadorias dos servidores e suas pensões, e, de outro, que o município não precisará mais cobrir as insuficiências financeiras da previdência. Aliás, essa insuficiência já caiu para menos da metade do que era em 2021, último ano antes da implementação da reforma previdenciária. O deficit atuarial que era de R\$ 170 bilhões caiu para R\$ 78 bilhões em 2024.

Todavia, o STF está julgando 13 ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas contra a Emenda Constitucional 103, de 2019, por diversas entidades representativas de servidores e magistrados, membros do ministério público e pelo PT. O resultado do julgamento será proferido após o voto do ministro Gilmar Mendes.

Em função de todas essas mudanças constitucionais e legais, bem como da fiscalização pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e pelos tribunais de contas, praticamente todos os RPPS municipais são hoje capitalizados e implementaram planos

de equacionamento dos deficits atuariais. Grande parte desses planos são mediante alíquotas suplementares patronais pelo prazo de 35 anos, de acordo com a regulamentação do MPS. Na média, essas alíquotas suplementares à alíquota patronal normal, estão em 16%. Porém em entes com deficits maiores chega-se ao extremo de alíquotas suplementares de 112,21%.

Todos os anos são feitas novas avaliações atuariais. Surgindo novos deficits, os respectivos planos de amortização devem ser refeitos, em geral mediante a ampliação das alíquotas suplementares patronais.

Caso o STF mantenha a tendência de considerar inconstitucionais importantes pontos do custeio dos RPPS, grande número de entes apresentará na sua próxima avaliação atuarial deficits significativos que deverão levar a uma substancial elevação nas suas alíquotas suplementares, ampliando ainda mais o peso da previdência sobre entes já combalidos em relação à sua sustentabilidade fiscal. Isso colocará em sério risco todo o esforço feito nos últimos 25 anos para capitalizar e trazer equilíbrio financeiro e atuarial aos RPPS municipais, princípio esse já consolidado na Constituição.